

Senhor Presidente dos Estados Unidos da América

Excelência

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

Numa era em que a Comunidade Internacional reforça a sua fé e desenvolve esforços por um mundo mais justo e equilibrado, onde a paz e a justiça sejam o suporte das liberdades individuais, de sociedades e de povos,

Numa era em que a humanidade espera dos líderes mundiais uma decisiva visão, projectada para o futuro de progresso, sob os parâmetros da conservação do nosso planeta e da cooperação e amizade entre os povos do mundo inteiro,

Reconhecemos plenamente a importância da liderança moral que os EUA detêm e devem continuar a deter na garantia da paz mundial e na defesa dos padrões universais da liberdade e da justiça. Sob o governo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, os EUA continuam tão só a honrar as tradições democráticas de uma grande Nação, cujos sucessos na política internacional falam por si. O processo de paz no Médio Oriente que terminou com antagonismos irreconciliáveis, permitindo assim a árabes e israelitas construir um clima de confiança e a promessa de paz e de cooperação, atesta o gigantesco e inextinguível esforço do governo de Vossa Excelência em responder às obrigações históricas que se adocam aos EUA, no sentido de assegurar à humanidade que o fim da Guerra fria está a ser verdadeiramente o começo da compreensão democrática e da paz no nosso planeta.

Contudo, nesta era de cada vez maiores avanços tecnológicos que tornam o mundo cada vez mais pequeno e menos misterioso, o homem, infelizmente, continua a ser uma peça sem valor em muitas partes do Globo, onde a paz é ameaçada por interesses que violam os princípios universais e onde elites ideológicas usurpam o poder político e se obstinam a negar aos seus povos os direitos mais elementares.

Denunciamos a aberração da concepção filosófica de regimes autoritários, nomeadamente os vigentes na Ásia como o da Indonésia, da China, do Iran, do Iraque, do Ryan-mar, que argumentam que os Direitos Humanos, a liberdade, a democracia têm um carácter muito relativo, acomodando-o a aparentes bases culturais, que não são mais que expressões da mentalidade feudal de dominação e servidão, por um lado, e alienação ideológica, por outro.

A universalidade dos problemas que afectam o nosso planeta, confere ao ser humano um sentido globalizado da sua existência, dos seus anseios, dos seus sofrimentos, da sua vontade e das suas lutas pela sobrevivência. A universalidade do pensamento que faz do homem actor inteligente na busca de soluções para a humanidade, vinca o pressuposto espiritual, emocional e psicológico, que caracteriza o ser humano, no materialismo económico-social, para aqueles regimes, a separação destes dois factores é explicada com base em mentalidades impreparadas, definidas como cultura específica/particularidade dos seus países.

Os direitos civis e políticos não podem ser removíveis da natureza humana, na sua contínua luta para perceber o sentido exato da sua existência, a sua relação para com os demais e o seu papel na sociedade.

Qualquer surto de progresso económico e social, desenvolvido por países como a Indonésia, constitui apenas produto da repressão do próprio povo indonésio, pela prioridade que se concede ao factor físico, material, do desenvolvimento, tão aplaudido pelos governos ocidentais mas que vem exigindo um elevadíssimo preço ao povo. Não pode haver, como não há, justiça no plano social e económico sem o respeito pelos direitos civis e políticos dos cidadãos e a Indonésia é bem um exemplo vivo e actualíssimo destas arbitrariedades conceptuais, próprias de regimes fundados na força da repressão.

E é pena que países ocidentais ou, mais propriamente, os países do Norte, ainda consentam que regimes do Sul, advogando diferenças culturais, nequiem, em proveito do desenvolvimento económico à custa de prisões e assassinatos de operários, da usurpação de terrenos aos camponeses, da repressão da juventude e da oposição, da abolição da liberdade de imprensa, o valor universal dos Direitos Humanos.

Excelência, Senhor Presidente

Estamos profundamente reconhecidos pelas iniciativas do Governo de Vossa Excelência, que lembraram à Indonésia de que o caso das sistemáticas violações dos DH em Timor-este não pode merecer o beneplácito dos EUA, que tão sobejamente provaram ao mundo a disposição americana de não tolerar flagrantes violações do Direito Internacional, ao evitar uma segunda invasão do Kuwait pelo Iraque. Desde o ano passado, dezoito anos depois de Timor-este ser invadido e ocupado militarmente pelas forças indonésias, os EUA puderam finalmente, sob o Governo de Vossa Excelência, tomar as mais justas posições, desde a não permissão de transferência dos aviões F-5 da Jordânia para a Indonésia à proibição de venda de armas pequenas não-letais, desde o fim ao treino militar no IHET, de oficiais indonésios, sob o encargo do EU ao facto de os EUA terem apoiado na CDH em Genebra uma resolução a favor de Timor-este.

Temos ainda em muito apreço os pronunciamentos do Secretário de Estado, Senhor Warren Christopher e do Secretário Assistente para a Ásia Oriental, o Senhor Wiston Lord, que levantou o problema de Timor-este com o ministro Ali Alatas e outras entidades indonésias.

Reconhecemos, do fundo dos nossos corações, a preocupação e a atenção de Vossa Excelência, Senhor Presidente, em abordar a questão de Timor-este com o Presidente Soekarto, na Cimeira do Grupo dos 7, em julho de 1993, em Japão, e na Cimeira de APEC, em Seattle, em Novembro do mesmo ano. Nós acreditamos, Excelência Senhor Presidente, que a justiça será sempre o motor de acção e que a liberdade e a democracia serão também sempre a razão de ser da política externa dos EUA, como foi amplamente demonstrada no apoio à restauração da democracia no Haiti.

Excelência Senhor Presidente

Timor-este continua um território sob a responsabilidade da Comunidade Internacional. O Secretário-Geral das Nações Unidas tem vindo

a enviar os seus bons ofícios na busca de uma solução para o problema.

Na sequência dos vários processos de paz que têm vindo a ter lugar, como o resultado mais lógico do diálogo, o caso de Timor-este está perante um processo de diálogo e nós desejaríamos perspectivar o término de dezasseis anos de sofrimento do povo Maubere. Mas Jakarta, como sempre, deseja impor ao mundo a sua própria lei, a sua própria definição de valores, como Iraque fez e tentou fazer de novo em relação ao Kuwait. Existe um paralelismo evidente nos argumentos de fundo entre a invasão e ocupação militar de T-L por forças indonésias e a invasão do Kuwait por Iraque. Só existiu uma diferença colossal: parte do mundo apoiou a política indonésia enquanto Bagdad recebia a lição justa por violar o Direito Internacional.

Jakarta tem sido difícil no tratamento da questão de Timor-este. A importância económica e militar e, consequentemente, política da Indonésia no Sudeste Asiático e no Pacífico, que lhe permitiu ser hoje membro do Conselho de Segurança da ONU, apesar de desrespeitar as resoluções daquele Órgão das Nações Unidas com respeito a Timor-este, importância que concede também à Indonésia o papel de anfitrião da próxima Cimeira da APEC, torna diminutas as possibilidades de êxito na solução do caso de Timor-este. Jakarta mostrou-se sempre intransigente na sua atitude quanto à substância do problema e todo o esforço do ministro Ali Alatas é de minimizar a necessidade de um plebiscito para a população do Território.

O CNRM, que eu represento, avançou já uma proposta de solução, num processo faseado que permitirá um clima de estabilidade política, tanto dentro do território como com relação à Indonésia, para se andar decididamente para um acto genuíno de referendo, sob a supervisão internacional.

Permita-me, Excelência Senhor Presidente, lembrar que existe um outro paralelismo impressionante entre o plano de autonomia de Gaza e do West Bank com o projecto do CNRM que aponta para uma solução justa e aceitável pela Comunidade Internacional. Se, sob a influência e louváveis esforços do Governo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, Israel e Palestina puderam perceber enfim que era tempo de arrumar os armaz e edificar a Paz, encerrando assim um caso definido como intratável e condimentado por factores muito complexos, nós acreditamos que os EUA possam contribuir decisivamente na busca da solução para o caso timorense, levando o regime de Jakarta a dialogar com a Resistência Timorense.

Venho apelar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, no sentido de abordar com o Presidente Soeharto, na ocasião da Cimeira da APEC, a necessidade de Jakarta mostrar maior boa-vontade política no tratamento da questão, respeitando-se a essência do problema, o estatuto jurídico-político do território, para o qual a ONU ainda reconhece Portugal como a potência administrante.

Com a mais alta consideração,

Pel' O CNRM

KAY RALPH ALVARADO GUSMÃO
Chefe das Relações

Residência de Epinang, 1. Nov. 1994.